AGENDA FEMINISTA NO SUL GLOBAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BOLÍVIA, BRASIL, CABO VERDE E MOÇAMBIQUE.

Maria Leticia Leite Santos [1], Clarisse Goulart Paradis [2]

RESUMO

O trabalho a ser apresentado faz parte do projeto de pesquisa "Agenda feminista e a democratização do Estado no Sul Global", coordenado pela professora. Clarisse Paradis, que busca produzir um estudo comparativo sobre o desenho e as formas de coordenação da agenda feminista, tendo como base duas regiões – América Latina e África- especificamente Bolívia, Brasil, Cabo Verde e Moçambique. O trabalho vai focar na comparação dos Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs), órgãos governamentais encarregados de coordenar e/ou implementar políticas públicas para as mulheres. Os MIMs foram criados em vista de provocar uma transformação na política estatal, incluindo as mulheres nessas transformações. Também apresentaremos uma análise comparativa inicial das Constituições dos países em questão, especialmente quais direitos das mulheres fazem parte dos fundamentos desses Estados. Durante a pesquisa efetuamos diversas leituras em torno da historicidade dos países pesquisados, para então entender como são organizadas as agendas feministas, ou seja, como a igualdade de gênero perpassa as instituições estatais e quais são os mecanismos que fazem com que a engrenagem das políticas de igualdade de gênero funcione, dessa forma estamos no processo de compreender a incorporação da agenda feminista no Estado, quais as demandas feitas pelo MIMs e também qual o papel da sociedade civil.

Palavras-chave:

Agenda Feminista. Mecanismo Institucional de Mulheres. Brasil. Moçambique; Cabo Verde. Bolívia.

[1] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, IHL - Instituto de Humanidades e Letras , Discente, e-mail: letici4leite@gmail.com

[2] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira , IHL - Instituto de Humanidades e Letras , Docente, e-mail: clarisseparadis@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O trabalho “Agenda feminista e a democratização do Estado no Sul Global”, buscou criar uma base de dados comparativa da agenda feminista nos países do Sul Global, levando em conta as Constituições – a qual fizemos uma análise inicial sobre os principais direitos e deferes das mulheres contidos nelas. Além disso, fizemos uma análise de algumas bibliografias que trabalham com o processo político histórico dos casos em questão, levando em conta o passado colonial, militarização e também como se deu o processo de independência desses Estados.

A pesquisa é de extrema importância para se pensar o movimento feminista no Sul Global e de que forma é trabalhada essa perspectiva nos Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs), levando em conta que os MIMs são um órgão governamental estabelecido para promover a igualdade e justiça de gênero, ou seja, esse órgão ajuda na transformação do status das mulheres no Estado e é o que veremos em relação ao que foi alcançado durante o período de pesquisa.

METODOLOGIA

Foram realizados encontros semanais – presenciais e virtuais – com a coordenadora e orientadora de pesquisa Profª. Dra. Clarisse Paradis, para distribuição de tarefas, discussão de textos teóricos utilizados na pesquisa e trocas em relação aos resultados coletados e também organização das próximas etapas da pesquisa.

Foram realizadas pesquisas em dois bancos de dados bibliográficos – Scielo, Redalyc – e assim fora organizado um inventário de artigos acadêmicos de produções do Sul Global sobre feminismo e da agenda feminista política no Brasil, Bolívia, Cabo Verde e Moçambique.

Com o suporte e auxílio da Profª. Dra. Clarisse Paradis foram encontrados e mapeados os Mecanismos Institucionais de Mulheres desses países, dessa forma, também foram pesquisadas as Constituições de cada país e com uma análise prévia foi categorizado e criado um banco de dados com a ferramenta do excel, de modo a ser possível fazer uma análise comparativa de cada Constituição vigente.

Seguindo a mesma metodologia de trabalho das Constituições, foi iniciada a análise dos Planos de Igualdade de Gênero de Cabo Verde e Moçambique, focando principalmente a forma de coordenação entre o executivo e os movimentos de mulheres e como são pensados os mecanismos de implementação dos planos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa foi possível perceber as diferenças e especificidades do Estado no contexto do Sul Global, entendendo de que forma funciona as engrenagens para implementação da agenda de gênero nos Estados. Percebemos que o passado colonial e o militarismo nesses países dificultam as instituições estatais e a implementação de uma agenda para igualdade de gênero neles.

Os Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs) foram criados em contexto de transformações políticas e reorganização do Estado. Entre os anos 70 e anos 2000 esses órgãos sofreram uma série de transformações institucionais, reforçando a constatação de que a instabilidade é uma característica dos MIMs. Os MIMs africanos figuram no primeiro escalão e recebem uma parte do orçamento maior que os MIMs latino-americanos. Com exceção do caso boliviano, todos os outros MIMs possuem estruturas formais de

participação da sociedade civil.

Na análise comparativa das Constituições, foi possível encontrar, em todas elas, direitos específicos para as mulheres, com destaque para direitos relativos à maternidade. Foi possível perceber que a Constituição boliviana possui o maior número de especificidades na área de direito das mulheres. É necessário destacar que nesse país há política de paridade de gênero entre parlamentares. Cabo Verde é o que menos possui essa especificidade na área de direito das mulheres e gênero na sua Constituição, tendo como temas a proibição da discriminação por identidade de gênero, direitos no âmbito do trabalho remunerado e maternidade. Na Constituição de Moçambique destaca-se a promoção e valorização da mulher, principalmente reconhecendo seu papel na luta de independência, democracia e sociedade. No Brasil, os direitos que constam na Constituição estão voltados ao matrimônio (heteronormativo), igualdade na titularidade da terra, não obrigatoriedade do serviço militar e previdência.

1. TABELA DE CONSTITUIÇÕES

País

Ano

Tema

Artigos

Bolívia

2009

Violência

15

Maternidade

45; 48

Trabalho no âmbito público

48

Trabalho no âmbito privado

48

Matrimônio

63

Direitos sexuais e reprodutivos

66

Acesso à educação

78

Educação não sexista

79

Igualdade na participação política

26; 147; 210

Mulheres no grupo vunerável*

300; 302; 402

Direito à terra e preferência na titularidade***

395

Equidade de gênero***

8; 11; 270

Proibição da discriminação por identidade de gênero

14

Acesso a atividades esportivas

104

Equidade de gênero na composição no Governo Executivo

172

Paridade de deputadas estaduais

278

Brasil

1988

Equidade de gênero***

5

Maternidade

7; 201

Trabalho no âmbito público

7

Previdência

201

Não obrigatoriedade do serviço militar

143

Igualdade na titularidade da terra

183; 189

Matrimônio

226

Cabo Verde

2010

Proibição da discriminação por identidade de gênero

7; 48; 88

Trabalho no âmbito público

62; 63

Maternidade

63; 89

Moçambique

2004

Reaquisição de nacionalidade perdida devida ao matrimônio

32

Equidade de gênero

36

Maternidade

120

Educação não sexista

120

Promoção e valorização do papel da mulher na independência, democracia e na sociedade

122

* Categoria refere-se às menções que incluem as mulheres em outros grupos vulneráveis como idosos, crianças e pessoas com deficiência.

** Concebemos prioridade da titularidade nos artigos que mencionam apenas a titularidade das mulheres.

*** Refere-se às menções dos princípios que regem o Estado.

2. MIMS PESQUISADOS:

País

Mandato presidencial de referência

Mecanismo Institucional de Mulheres

Bolívia

Evo Morales - MAS (2006 a 2018)

Viceministerio de Igualdad de Oportunidades

Brasil

Dilma Rousseff – PT (2011 a 2016)

Secretaria de Política para as Mulheres

Cabo Verde

José Maria Neves - PAICV (2001 a 2016)

Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e a Equidade de Género.

Moçambique

Filipe Nyusi - FRELIMO (2015 a 2018)

Ministério do Género, Criança e Acção Social

3. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DOS MIMS

País

Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)

Nível Hierárquico

Estrutura Regional

Nº funcionários

% do orçamento total

Brasil

Secretaria de Política para as Mulheres

1

Não

129

0,0049%

Bolívia

Viceministerio de Igualdad de Oportunidades

3

Não

29

0,0007%

Cabo Verde

Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e a Equidade de Género

1

-

24

2,8%

Moçambique

Ministério do Género, Criança e Acção Social

2

Sim

-

3,60%

CONCLUSÕES

Foi constatado que Brasil, Bolívia, Cabo Verde e Moçambique buscaram –diminuir as problemáticas de gênero, como políticas para combater a violência baseada no gênero e a igualdade, mesmo que a partir de um processo lento, essas políticas estão sendo elaboradas e fomentadas por parlamentares, movimentos sociais e sociedade civil, levando em conta a carência do Estado na efetivação dessas políticas publicas.

Durante o processo de pesquisa entendemos de que forma funciona a agenda feminista no Sul Global, tendo em vista diversas vertentes, com, por exemplo, a organização dos parlamentares perante a pauta da igualdade de gênero, a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais nesses processos de implementação da agenda. Também consideramos o contexto de reorganização dos Estados – principalmente no contexto africado –, pois as mulheres lutaram nas guerras pela independência dos seus países, mais ainda sim, a herança colonial persiste até hoje. De acordo com Crispina Gomes: “Sob o regime colonial, fortemente

impregnado pela ideologia do patriarcado, as mulheres passaram a estar circunscritas ao espaço doméstico, não tinham participação na vida política das suas comunidades e não podiam escolher os seus governantes, por lhes ser vedado o direito a voto" (GOMES, P.95, 2011). Dessa forma, as mulheres também participaram fortemente na busca de implementação da agenda de gênero nos seus países.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a professora Clarisse Paradis por ter organizado essa pesquisa, que me fez entender melhor o gênero na política do Sul Global e agradecer também a minha colega de pesquisa Mariana Reis pelas trocas mútuas durante a pesquisa.

Agradeço a UNILAB por ser uma universidade que não só em sala de aula ou na pesquisa, me propõe diversas trocas que certamente moldou a pessoa e pesquisadora que sou hoje.

REFERÊNCIAS

GOMES, Crispina. **Mulher e poder**: O caso de Cabo Verde. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2011.